

TRAJETÓRIA IDENTITÁRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM CONTEXTO DE TENSÕES E CONFLITOS

Brenda dos Santos Silva (1)

(Universidade do Estado da Bahia- UNEB, e-mail: brenda.healer26@gmail.com).

Resumo: O presente artigo tem por objetivo compreender a trajetória identitária da Educação de Jovens e Adultos como um processo oriundo do contexto histórico de escolarização no Brasil até meados da década de 90. A Educação de Jovens e Adultos é de extrema relevância, pois abrange um grupo sociocultural existente durante todo o processo educacional possuindo suas particularidades e sua própria identidade, mas que ainda é pouco explorado havendo muitas possibilidades de mudanças e aperfeiçoamentos, sendo necessário compreender sua história para enxergar com mais propriedade o cenário atual. A metodologia designada para tal pesquisa compreende-se no âmbito da pesquisa bibliográfica constituindo-se uma reflexão sobre livros e artigos sobre o tema descrito. Os aprimoramentos das discussões foram feitas mediante o diálogo com alguns autores, sendo os principais Haddad (2000), Di Pierro (2001) e Paiva (2003).

Palavras- chave: Contexto Histórico, Educação de Jovens e Adultos, Identidade.

INTRODUÇÃO

A educação em sua essência refere-se a um movimento social que ultrapassa as paredes físicas das escolas e que almeja a transformação da realidade de seus participantes, sejam alunos, professores, coordenadores, família etc. Essa educação aparentemente utópica é o cerne do campo da EJA, característica que a torna emancipadora.

A história da Educação de Jovens e Adultos é extremamente relevante, pois esteve diretamente ligada aos movimentos sociais oriundos da esfera educacional brasileira, que era composta em sua maioria por interesses políticos e ideológicos, definindo a partir de seu contexto de tensões e conflitos uma modalidade de ensino que possui suas especificidades- público (educandos), metodologia e sua própria identidade.

Segundo Haddad (1992, p. 2), falar da EJA é falar de “[...] uma educação para os pobres, para jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades de Terceiro Mundo, para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino”.

O presente artigo, a partir de um tema tão amplo e complexo, tem por objetivo compreender a trajetória identitária da Educação de Jovens e Adultos como um processo oriundo do contexto histórico de escolarização no Brasil até meados da década de 90, visto

que é necessária uma retrospectiva na história da escolarização deste público no Brasil, para que se percebam os processos políticos, ideológicos e sociais oriundos deste período presentes atualmente na EJA.

A metodologia aplicada a esse artigo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, no qual serão utilizados livros e artigos para fundamentar e discutir a trajetória identitária da EJA de forma sistêmica e ao mesmo tempo reflexiva.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS (CONSTITUIÇÃO DE 1824 E 1891)

As primeiras tentativas relacionadas à educação de adultos se deram através da catequização das crianças indígenas por intermédio dos jesuítas, eram ensinadas regras de comportamento e conhecimentos econômicos da colônia, com o objetivo de influenciar os seus pais, mas “[...], além disso, era tentada a catequese direta dos indígenas adultos e nesses casos a alfabetização e transmissão do idioma português seria como instrumento de cristianização e aculturação dos nativos”. (PAIVA, 2003, p. 193).

A Educação de Adultos, durante a eclosão imperial no Brasil, fora transferida para as Províncias-subdivisões do território- de modo que a Constituição de 1824 deliberava instrução inicial para todos os cidadãos, contudo existia um enorme distanciamento entre a lei e sua concretização, pois como afirma Di Pierro; Haddad (2000, p. 109), “[...] só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres”.

A partir de 1860 surgiram nas províncias às primeiras escolas destinadas a adultos, chamadas escolas noturnas, que possuíam estrutura semelhante às escolas de ensino elementar, todavia esta iniciativa assim como a dos jesuítas possuía seus interesses, pois como afirma Paiva (2003, p.195), no Maranhão, por exemplo, “[...] ela deveria servir para que o homem do povo compreendesse melhor seus direitos e deveres e para que se amenizassem os costumes”. Essa iniciativa logo se findou ao longo do Império e a Primeira República.

O início do período republicano foi marcado pela descentralização educacional dos estados mediante a Constituição de 1891, sendo que a partir desse momento a educação primária foi preterida dando lugar ao ensino secundário e superior, demonstrando novamente os descasos existentes com a educação de crianças e adultos não alfabetizados. Segundo Di Pierro; Joia; Ribeiro (2001, p. 59), “no Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional sobretudo a partir dos anos 40”, ou seja, reformas e leis educacionais

específicas para o público adulto só começaram a serem pensadas cerca de 400 anos depois do seu descobrimento.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS E ADOLESCENTES (CONSTITUIÇÃO DE 1934 A 1967)

“Começava a difundir-se a idéia de que a educação concorria para o progresso, além disso, a eleição direta com restrição ao voto analfabeto provocara a valorização daqueles que dominavam as técnicas da leitura e da escrita” (PAIVA, 2003, p. 196).

A valorização do ler e escrever a partir de 1928 trouxe “entusiasmo” em relação à educação de adultos, nomes como Anísio Teixeira contribuíram para a promoção dos chamados Cursos para Adultos que se desenvolveram no Distrito Federal, sendo após continuados por Paschoal Lemme, esses cursos tinham como diferencial a disjunção do ensino elementar, ou seja, os cursos noturnos tinham como objetivo a especificidade do público adulto. Esses cursos eram divididos em três categorias, a primeira reservava-se aos adultos que desejavam ingressar em alguma profissão, logo eram oferecidos cursos práticos e de artes, a segunda categoria eram para aqueles que já possuíam ocupação funcionando como aperfeiçoamento e por último eram os cursos de oportunidade que era feito de acordo com o interesse e escolha de seu público. Segundo Paiva (2003, p. 198-199),

esta experiência de educação de adultos é muito importante na história da educação brasileira não somente pelas características de sua organização – configurando-se como o primeiro movimento de caráter extensivo fora dos moldes tradicionais das escolas noturnas – mas principalmente pelo seu aspecto político.

A partir das experiências oriundas do Curso de Adultos no Distrito Federal surge durante o período da ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a Constituição de 1934 a modalidade de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, neste período também se observou a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) que através de suas pesquisas regulamentou o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) destinando alguns recursos para a EDA.

Mediante essas iniciativas a educação de adultos e neste momento também de adolescentes trabalhadores passa a se firmar como componente presente na educação, pois, “após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional” (DI PIERRO; HADDAD, p. 111).

A regulamentação do FNEP permitiu a criação da primeira Campanha para Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no ano de 1947, destinava-se principalmente a

ampliação do ensino supletivo para a zona rural com o objetivo de diminuir o índice de analfabetismo presente no país.

. O entusiasmo em relação à CEAA e a recuperação do Brasil acarretou o Iº Congresso Nacional de Educação de Adultos, do qual o tema central das discussões estava relacionado à alfabetização emergencial e a divulgação de pesquisas e teses na área, cuja visão delimitava-se a frase popular na época: “Ser brasileiro é ser alfabetizado”. Todavia, a campanha acabou reduzindo-se a um fracasso e seus recursos quase extintos, sobrevivendo até meados de 1963. Devido à decepção referente à campanha foi solicitado o IIº Congresso Nacional de Educação de Adultos que contava com a presença do educador Paulo Freire, para discutir os motivos para a CEAA ter se reduzido apenas mera “fábrica de eleitores” e para refletir sobre a nova percepção de educação conscientizadora trazida pelo o mesmo.

No decorrer dos anos de 1959 a 1964 a educação de adultos e adolescentes fora coberta por diversos programas e iniciativas, sendo um período promissor, pois como afirma Di Pierro; Haddad (2000, p. 113) “foi-lhe atribuída uma forte missão de resgate e valorização do saber popular, tornando a educação de adultos o motor de um movimento amplo de valorização da cultura popular”.

O golpe militar de 1964 trouxe em suas estruturas as censuras e o retrocesso à educação de adultos conquistada até o momento, ou seja, todos os programas e iniciativas destinadas a esse público foram findadas ou sofreram perdas de recursos. Nesse período o educador Paulo Freire foi exilado do país devido as suas ações de educação reflexiva e conscientizadora, porém,

O exílio não impediria, entretanto, que o educador Paulo Freire continuasse a desenvolver no exterior sua proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, utilizando palavras geradoras que, antes de serem analisadas do ponto de vista gráfico e fonético, serviam para sugerir a reflexão sobre o contexto existencial dos jovens e adultos analfabetos, sobre as causas de seus problemas e as vias para sua superação. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 60).

As censuras relativas à EDA resultaram no fortalecimento da educação popular, que durante esse período de clima de insegurança nos empregos e perda do poder aquisitivo, atuou clandestinamente em locais públicos como igrejas e espaços coordenados pelos próprios moradores para que continuassem as ações junto a adultos e adolescentes trabalhadores.

Enquanto tais movimentos libertadores seguiam clandestinamente outros conservadores eram implementados pelo governo como a Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) que propunha intervenções assistencialistas buscando os interesses do regime militar.

“Na verdade, este setor da educação- a escolarização básica de jovens e adultos- não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade” (DI PIERRO; HADDAD, 2000, p. 114).

Devido às críticas acarretadas pelo ABC, foi instituído o programa de maior extensão territorial e financeiro durante o período, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) criado em 1967 pela lei 5.379 que em sua proposta inicial pretendia erradicar o analfabetismo do Brasil. O MOBREAL era composto por três características que o diferenciava dos demais programas da época, a primeira delas residia na sua independência em relação a outros programas educacionais, a segunda característica consistia nas comissões municipais que eram instaladas em praticamente todos os municípios do país com o objetivo de divulgação e admissão de novos monitores e professores, sendo que cada estado possuía um coordenador estadual responsável pela fiscalização de tais atividades, assim como cada região também possuía um coordenador regional. A última característica era a centralização da direção pedagógica, ou seja, todos os materiais didáticos, metodologias, programas eram vinculados apenas da Gerência Pedagógica do MOBREAL Central.

Ao decorrer do investimento progressivo no programa MOBREAL, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgava a Lei 5.692/71 que regulamentava o Ensino Supletivo além de propor a extensão da educação básica obrigatória de 4 para 8 anos, isto é, neste momento consolidava-se o chamado ensino do 1º grau para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.

Pela primeira vez, a educação voltada a esse segmento mereceu um capítulo específico na legislação educacional, que distinguiu as várias funções: a suplência – relativa à reposição de escolaridade –, o suprimimento – relativa ao aperfeiçoamento ou atualização –, a aprendizagem e a qualificação – referentes à formação para o trabalho e profissionalização. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 62).

Mediante a idade limite de 14 anos para o ensino do 1º grau diversos adolescentes e jovens foram destinados ao ensino supletivo, pois uma enorme parcela da população encontrava-se em déficit em relação à escola regular, além do que, como afirma Fávero; Freitas (2011, p. 377) “[...] muitos jovens migravam para as metrópoles, em busca de trabalho nas grandes obras de infraestrutura: pontes, elevados, metrô etc.” Dessa maneira, se inicia o processo de juvenilização do ensino supletivo do qual não possuía metodologia e material didático para o público vigente. “Portanto, o Ensino Supletivo se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse no esforço para o

desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola.” (DI PIERRO; HADDAD, 2000, p. 117).

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CONSTITUIÇÃO DE 1988)

A redemocratização do Brasil em 1985 com o encerramento da ditadura militar provocaram mudanças significativas no campo da educação de adultos. Primeiramente, o MOBRAL fora extinto, pois se distanciara do objetivo inicial destinando breve tempo para a alfabetização e acarretando desconfianças em relação a sua eficácia, sendo substituído pela Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (Educar) que possuía o remanescente de funcionários e materiais do antigo programa, mas propunha diferentes perspectivas pedagógicas em relação aos adultos, buscando especificidade e formação especializada aos educadores.

Um fator crucial desse período veio com a Constituição de 1988, artigo 208, no qual o acesso ao ensino fundamental gratuito se torna direito universal independente de sua idade, ou seja, pela primeira vez adolescentes, jovens e adultos com defasagem etária poderiam ultrapassar a escolarização básica reduzida em sua maioria na alfabetização.

As diversas iniciativas ocorridas até a década de 90 foram relativizadas após esse período. Durante o mandato de Fernando Collor- primeiro presidente eleito após o regime militar- caracterizou-se pela extinção do programa Educar devido ao corte de recursos feitos pelo governo ficando sob a responsabilidade dos municípios.

Em 1994 com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao poder, houve a reformulação da LDB pela Lei 9.394/96 que propunha a incorporação do ensino supletivo na educação regular sendo agora unificados. Entre muitas mudanças estava a criação do Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) que consistia na criação de um fundo de recursos públicos destinados à educação que seria redistribuída aos órgãos estaduais e municipais de acordo com as matrículas efetuadas nas escolas. Porém segundo a nova LDB as matrículas feitas pelos jovens e adultos eram desconsideradas deixando essa clientela novamente sem nenhuma cobertura política efetiva. Além disso, houve a redução da idade para entrada no ensino supletivo, 15 anos no ensino fundamental e 18 anos no ensino médio.

“A falta de incentivo político e financeiro por parte do governo federal levou os programas estaduais – responsáveis pela maior parte do atendimento à educação de jovens e adultos – a uma situação de estagnação ou declínio”. (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 67).

Dessa maneira, a década de 90 representou mais uma vez o descaso com a educação de adultos, jovens e adolescentes trabalhadores, porém no fim deste período acontece um evento importantíssimo para esse público, a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V Confitea), em Hamburgo, no qual como afirma Fávero; Freitas (2011, p. 381) “foi a partir desse momento que se consagra a expressão Educação de Jovens e Adultos, e que foi criado, na Anped, o GT 18 de Educação de Pessoas Jovens e Adultas”, ou seja, a partir de 1998 a EJA passa a ser encarada como perspectiva de ensino centrada no ser individual e coletivo e não apenas em busca de uma aceleração de estudos. Daí em diante inicia-se a discussão do reconhecimento da identidade desses jovens e adultos distintos de crianças e adolescentes do ensino regular.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IDENTIDADE

A EJA tem como traço definidor e determinístico a caracterização sociocultural do seu público, marcado pela exclusão social e seu pertencimento as camadas populares. Jovens e adultos, inclusos no processo de desigualdade social que os excluem das manifestações culturais, educacionais e econômicas, obrigando-os a abandonarem os meios escolares em busca de uma tentativa de sobrevivência, sendo que este mesmo público se encontra em um momento histórico recente em relação aos seus direitos educacionais, ou seja, o processo educacional sofrido pela EJA denota que os sujeitos inseridos nesta modalidade possuem suas especificidades, pois “[...] grupo ou grupos socioculturais aos quais pertencem os alunos da EJA constituem parcelas da sociedade que só muito recentemente passaram a ser consideradas como público da Educação Escolar” (FONSECA, 2012, p. 27).

Os alunos da EJA ao vivenciarem, pelo viés da exclusão social, o agravamento das formas de segregação- cultural, espacial, étnica, bem como das desigualdades econômicas-, experimentam a cada dia, o abalo de seu sentimento, de pertencimento social, o bloqueio de perspectivas de futuro social. (GIOVANETTI, 2011, p. 245).

Os educandos presentes nesta modalidade sofrem com os estereótipos ocasionados pelas suas condições sociais, ou seja, seu futuro é limitado a uma “aceleração” de estudos sem perspectiva de mudança de sua realidade, o que muitas vezes determina a sua “autoimagem marcada pela falta e pela negatividade”. (GIOVANETTI, 2011, p. 245).

O público da Educação de Jovens e Adultos é definido inicialmente pela sua *idade*, representando as camadas desvalidas da sociedade, o que implica em sua exclusão escolar, pois originalmente as instituições educacionais foram concebidas para atender a crianças e adolescentes regularizados no ensino, originando muitas vezes a desistência da escola por não

se adaptar ou por compreender que não possui méritos ou conhecimento. Esta iniciativa segundo Fonseca (2012, p. 33), “mascara a injustiça das relações de produção e distribuição dos bens culturais e materiais, num jogo de sombras assumido pelo próprio sujeito condenado à situação de exclusão, [...] impotente diante de uma estrutura injusta e discriminatória”. À vista disso, nota-se que o fator determinante deste público é o sociocultural.

A segunda marca identitária da EJA encontra-se em sua concepção de educação, uma educação que almeja a mudança social. Segundo Giovanetti (2011, p. 248) esta mudança pode ocorrer em dois campos: micro e macro. No âmbito do campo micro os educandos podem alterar o seu “lugar” social enquanto que campo macro a sociedade altera o seu, o que faz que a mudança social se torne em transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos se revela como um campo amplo e complexo do ambiente educacional, pois suas especificidades podem ser compreendidas a partir de uma intensa reflexão sobre o seu contexto histórico, no qual são reveladas a formação dessa modalidade que foi excluída por um longo período.

A EJA ao decorrer de seu desenvolvimento histórico denota uma escolarização marcada pela exclusão de iniciativas públicas eficazes e sua obtenção tardia de qualquer direito no ambiente educacional, revelando um processo de interesses políticos e ideológicos que se constituem em toda a trajetória, tendo como fator motivador para algumas “migalhas” a constituição de um ensino alienador e conservador.

Atualmente a EJA é reconhecida por sua identidade, sendo o seu público jovens e adolescentes que estão em uma faixa etária com defasagem ou que estão empregados, o que pode ser compreendido através do contexto de escolarização sofrido por essa modalidade, o que implica que a reflexão sobre a história da Educação de Jovens e Adultos pode ajudar a compreender suas mazelas e até mesmo contribuir para uma possível transformação.

REFERÊNCIAS

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001, p. 58-77.

_____, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14, mai/jun./jul., p. 108-193, 2000.

FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. *Inter-Ação - Revista da Faculdade de Educação da UFG*, v. 40, 2011.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 118 p.

GIOVANETTI, Maria Amélia G. C. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HADDAD, Sérgio. Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, nº 56, out/dez, p. 2-24, 1992.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003, 527p.